

Sarney reconhece mudanças na posição dos EUA

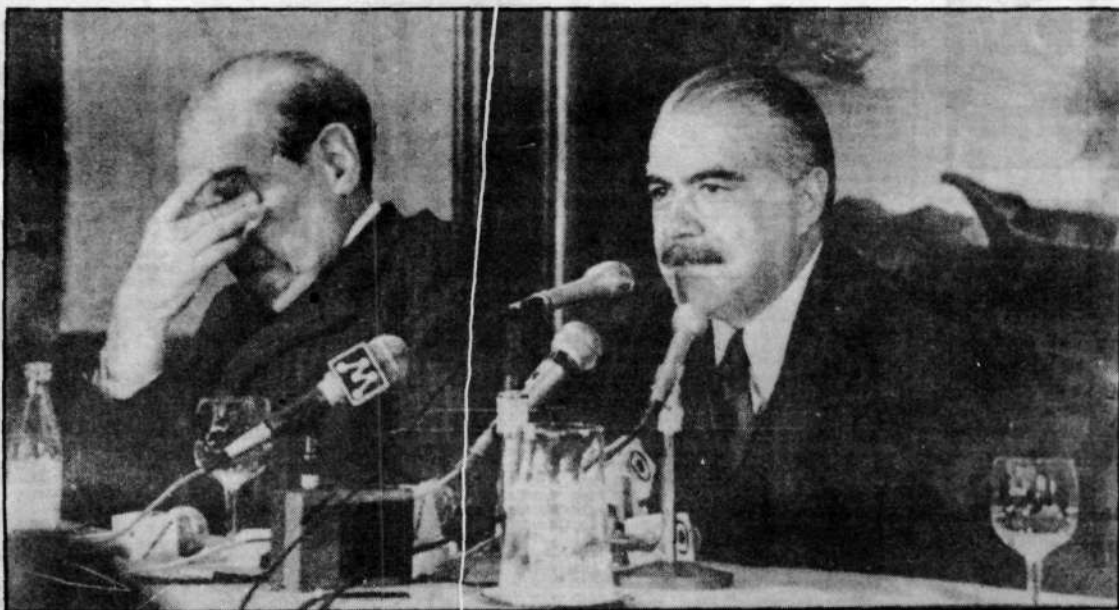
NOVA YORK — Houve mudanças sensíveis na posição norte-americana a respeito da renegociação política da dívida externa do Brasil. O reconhecimento desse fato foi feito pelo Presidente José Sarney, em entrevista coletiva, pouco antes de embarcar para o Brasil. Sarney destacou que os Estados Unidos aceitaram a premissa de que o problema não tem solução sem que se garanta o crescimento econômico dos devedores.

O Presidente do Brasil disse que retorna satisfeito com as repercussões do seu pronunciamento nas Nações Unidas, por verificar que muitas das suas idéias representam o consenso da maioria das na-

ções. Salientou que regressa com a mesma disposição de continuar defendendo os interesses nacionais com todas as forças.

Conforme já havia dito em várias oportunidades, Sarney reafirmou que o Brasil tem uma proposta concreta a apresentar, mas seu conteúdo só será revelado no momento em que as negociações sobre a dívida externa, em bases políticas, forem aceitas e iniciadas.

Por fim, reafirmou o compromisso do seu Governo com o fortalecimento da iniciativa privada e declarou-se convencido de que tem amplo respaldo das forças políticas do Brasil no que se refere à dívida externa.



Sarney, ao lado do Chanceler Cláudio Setúbal, fala aos jornalistas americanos

A ENTREVISTA AOS JORNALISTAS BRASILEIROS

'Sinto que as propostas estão tendo boa receptividade'

Estes são os principais trechos da entrevista do Presidente Sarney em Nova York:

RADIO GAZETA DE SÃO PAULO. Sendo o primeiro a perguntar, seria natural pedir ao senhor um balanço do que foi sua viagem até aqui. Agora, eu gostaria de saber se o Governo brasileiro já tem uma estratégia para buscar uma aproximação maior, política e econômica, com outros parceiros internacionais, para nos dar maior peso político perante os nossos credores internacionais.

SARNEY — Em primeiro lugar, o meu agradecimento a todos os senhores que me acompanharam nesta viagem e à cobertura que tiveram a oportunidade de fazer. Eu acho que fazer um balanço da viagem seria considerá-la um fato isolado, que se esgota nele mesmo. Melhor seria dizer que nós apenas estamos cumprindo nesta viagem mais uma etapa daquela proposta de o Governo do Brasil ocupar, no terreno internacional, aquele espaço a que ele tem direito pela sua expressão. Não é nenhuma proposta de hegemonia mas a de o País ser ouvido e não ser apenas vítima das decisões tomadas no exterior. O Brasil deseja ter uma participação dinâmica e efetiva política internacional. E, nesse sentido, o Presidente do País teve a oportunidade, nas Nações Unidas, de colocar algumas idéias e ter a satisfação de verificar que elas foram ouvidas, tiveram repercussão e que não são somente nossas, mas expressam, de certo modo, um sentimento de parcerias ponderáveis das nações. Nós vamos prosseguir nessa linha, o País vai, cada vez mais, se afirmar no setor internacional e defender, com todas as forças os seus interesses. Nós temos como prioridade a América Latina, à qual estamos vinculados. Essa tentativa brasileira de tratá-la, como irmã, mas vivendo de costas para ela, deve terminar. Os nossos problemas e as nossas esperanças são as mesmas. Em face da realidade atual do mundo, a grande crise internacional se localiza na América Latina e nós temos que estar solidários. Essa solidariedade nós leva, inevitavelmente e naturalmente, aos parceiros latino-americanos.

FOLHA DE SÃO PAULO — Gostaria de saber sua opinião sobre a possibilidade de a capitalização dos juros ser uma das bases para a negociação da dívida e sobre as formas que essa capitalização poderia assumir.

SARNEY — A tese do Brasil foi a de que devíamos romper com os dogmatismos existentes nos organismos internacionais em relação ao tratamento da dívida externa. Como eu tive oportunidade de dizer, o Brasil tem propostas a fazer, mas espera que, em primeiro lugar, essa negociação seja aberta para que ele possa colocá-las. E com grande satisfação nós vamos sentindo que as posições brasileiras vão avançando e hoje é difícil que alguém considere que o problema da dívida mereça um tratamento exclusivamente financeiro, com base nas teses ortodoxas. Todos nós hoje sabemos que a dívida tem outros aspectos e esses foram colocados pelo Brasil, que resistiu, desde o início, a submeter-se a fórmulas que levassem à recessão.

RADIO GUAIBA — O senhor trouxe nessa viagem a Nova York líderes de

quase todos os partidos políticos. O Brasil caminha para a renegociação de sua dívida. Qual vai ser a participação do Congresso a partir de agora, na formulação de propostas aos credores.

SARNEY — Nós brasileiros somos levados a nos dividir sobre muitos assuntos. Mas se há um que une o Brasil é o que diz respeito à solução da dívida externa. Evidentemente, o Congresso brasileiro terá uma posição decisiva no apoio que terá que dar ao Governo no tratamento do problema. Estou aqui acompanhado por líderes de todos os partidos, justamente numa demonstração do amadurecimento com que o Brasil trata de seus interesses, acima de divergências partidárias e na restauração daquela convivência, que mostra que a política não pode ser exercida como se fosse uma ação entre inimigos. Somos muitas vezes adversários, temos divergências, mas há um terreno comum, que é o interesse nacional, terreno esse que vai nos unir no momento em que o Brasil tiver que colocar internacionalmente suas posições.

TV GLOBO — O Vice-Presidente do Citibank, William Rhodes que coordena nossa dívida externa, disse ontem que o senhor agradeceu a ele o que os bancos estão fazendo pelo Brasil. Outro banqueiro disse que nunca de fato recebeu um plano, uma proposta do Governo brasileiro. Essa forma de apresentar e discutir a dívida na ONU é melhor do que debater primeiro uma proposta com os bancos ou com o Governo americano? E de fato o Governo já tem um plano?

SARNEY — Em primeiro lugar, eu não me recordo de ter agradecido, no meio da multidão a quem cumprimentei, ao executivo do Citicorp por seu desempenho na condução das negociações da dívida. A dívida tem um caráter muito mais amplo e muito mais profundo do que uma simples negociação entre banqueiros. Eu, como Presidente do País, já encontrei a dívida externa e tenho dito que a herança não foi das mais agradáveis. Nós consideramos que a dívida tem dois aspectos: o financeiro e o político. O aspecto financeiro diz respeito ao mecanismo técnico em relação aos bancos. Mas o aspecto político é muito mais importante e está entregue ao homem de Estado, ao Presidente da República, responsável pelo destino do País. Os aspectos técnicos não são nossos, mas os políticos são da minha responsabilidade. Vou exercê-la, como tenho exercido, com a visão maior dos interesses do País.

JORNAL DO BRASIL — Presidente, gostaria de saber como seu Governo vai conciliar o crescimento econômico com o reajuste da economia.

SARNEY — Em primeiro lugar, acho que fora do crescimento econômico não há solução para nenhum dos nossos problemas. No princípio, essa era uma tese isolada no Brasil. Mas hoje ela está recebendo a compreensão de grandes círculos internacionais. O senhor Shultz (Secretário de Estado dos Estados Unidos) mesmo teve a oportunidade de dizer, li nos jornais esses dias, que fora do crescimento econômico nós não tínhamos condições de resolver os problemas, nem de pagar a dívida externa. O Brasil tem mostrado que o crescimento econômico não é incompatível com o reajuste. Ao contrário, a grande potência econômi-

ca que é hoje o Brasil, como oitava economia do mundo, não foi feita à custa da depressão, nem da desarticulação do País. Foi feita à custa do crescimento econômico e da capacidade criativa dos brasileiros. O próprio Brasil, com os seus resultados, é uma demonstração de que se pode crescer sem que se volte para a recessão.

O ESTADO DE S. PAULO — Em todas as ocasiões que os países industrializados têm se reunido, a última delas no domingo passado, têm manifestado, de maneira inequívoca, que a estratégia para resolver o problema da dívida é convencional. O último comunicado se refere à dívida deles e propõe, mais uma vez, que a solução seja o aumento do comércio internacional, a queda das taxas de juros e ampliação dos empréstimos, decorrendo tudo isso, de um esforço de ajustamento. Contudo, o senhor acaba de revelar ter motivos para estar otimista sobre a aceitação de sua proposta. O senhor sabe alguma coisa que nós não estamos sabendo?

SARNEY — Acho que as declarações que têm sido publicadas, no mundo inteiro, mostram uma mudança de posição em relação ao tratamento da dívida. Isso é um fato evidente. A partir da nossa posição de resistência, da pertinácia da nossa denúncia sobre a injustiça do modelo, temos visto que essas posições têm se

modificado. Isso se deve, sobretudo, ao peso específico do Brasil, que é a oitava economia mundial, um país que, quando tem uma posição, ela tem que ser ouvida e ponderada. E evidente que a fórmula ortodoxa proposta a todos os países não tem resolvido o problema da dívida externa. Ao contrário, tem agravado. E, nesse sentido, é decepcionante a última declaração dos Ministros das nações desenvolvidas, reafirmando a declaração de Bonn, com sua ortodoxia. Sobre tudo, no momento em que eles pregam que a solução é a liberdade de comércio e que os países têm direito e devem ampliar as suas exportações para pagar a dívida paradoxalmente, começamos a assistir a uma onda protecionista nos países desenvolvidos. Como ampliar o comércio internacional e pagar a dívida, no momento em que os países desenvolvidos, que são os grandes mercados, se fecham à expansão do comércio dos países em desenvolvimento?

JORNAL DE BRASÍLIA — O senhor falou em protecionismo e é sobre isso que eu queria perguntar. O seu Governo está preparado para uma eventual retaliação dos países desenvolvidos ao aumento do protecionismo e também a uma eventual escassez do crédito interbancário?

SARNEY — Nós brasileiros, cada vez mais, devemos ter consciência da grandeza do nosso País. Achamos que seria uma insensatez se o mundo iniciasse uma onda de retaliação em relação ao Brasil. O País, hoje, não é tão vulnerável a esse tipo de sanção. Nossas potencialidades são tão grandes que evidentemente, desaconselham qualquer tipo de sanção. A onda de protecionismo é, realmente, uma visão muito limitada dos problemas mundiais. A faixa de expansão do comércio internacional não comporta esse tipo de restrição. E, no caso do Brasil, estamos protegidos no que se refere à política de informática, até mesmo por um organismo internacio-

nal, que é o Gatt, que acha que proteje os países que têm indústrias nascentes e que precisam desenvolvê-las. Um país como o Brasil não pode renunciar, de nenhuma maneira, a ter uma presença forte no mercado internacional da informática. Isso nós jamais faríamos ou aceitaríamos. Então, acho que a nossa posição em relação a esse fato é muito segura, muito firme. Estamos baseados numa lei do Congresso Nacional e não podemos negociar com a soberania do Congresso Nacional.

O GLOBO — Presidente, partindo do seu recém-confinado otimismo em relação à negociação política da dívida, eu queria saber qual a orientação e a tarefa prioritária que o senhor dará à sua equipe econômica chegando ao Brasil, a partir desses sinais de que as negociações vão começar a ocorrer. Se o senhor me permitir o abuso, eu gostaria de saber como avalia a disposição americana em relação a este assunto, depois do seu encontro com o Secretário Shultz?

Sarney — A posição da nossa equipe econômica não tem nada a mudar. Desde o início, nós temos sido coerentes na tese que nós defendemos. Do crescimento econômico, não à recessão, de não aceitar qualquer imposição ou ajustamento que pudesse implicar um sacrifício insuportável para o País. Essa é a nossa linha. Agora, na conversa com o Secretário Shultz eu não poderia de nenhuma maneira utilizá-la para fazer proselitismo das nossas teses. Até mesmo porque se tratava de uma visita de cortesia. E, antes que ele me visitasse, eu tinha recebido dele uma carta na qual se congratulava com meu discurso nas Nações Unidas e concordava com algumas teses por nós levantadas naquele instante. Por outro lado, é claro e evidente que nós encontramos hoje aqui nos Estados Unidos um outro clima em relação à dívida externa. A visão de que sem o crescimento não há solução para a dívida é um fato novo, porque as fórmulas que nos eram colocadas eram de que nós devíamos ficar num crescimento zero, num ajustamento total da economia, toda ela voltada para a criação de saldos comerciais que se destinavam a pagar a dívida externa. Essa é uma mudança evidente de todos os setores e que de certo modo é público, sem que importe numa abertura de negociação, porque o problema da dívida é um problema que tem grandes implicações e nós estamos caminhando firmemente, passo a passo, mas com determinação a trazer esse problema para a mesa de negociações efetivas que não envolvem somente o Secretário Shultz, envolve organismos internacionais, envolve banqueiros, envolve toda comunidade mundial, se pudermos dizer assim.

REVISTA MANCHETE — Presidente, o senhor teve hoje de manhã dois importantes encontros. Com o Primeiro-Ministro da Polónia e outro com o Chanceler soviético. O senhor poderia revelar quais foram os assuntos tratados nestas duas reuniões? **Sarney —** Foram visitas de natureza diplomática e visitas que, de certo modo, não foram pessoalmente ao Presidente do Brasil. Mas ao Brasil que mostra a importância do nosso País e a necessidade que tem hoje as grandes potências de também trocarem impressões com o Brasil, saber os pontos de vista do Brasil. E nós dialo-

gamos sob vários temas que hoje são submetidos à reflexão de todos nós que temos responsabilidade, sobretudo porque o Brasil deseja compartilhar das soluções. Como eu disse, nós não desejamos mais ser somente vítimas de decisões mas queremos compartilhar de soluções no terreno internacional, ser ouvido, e essa é uma posição brasileira. Então, é certo de que nós temos que cada vez mais ter contato, temos, cada vez mais, que discutir os assuntos mundiais, sobretudo porque o Brasil é hoje uma das fontes de estabilidade da política mundial, na América Latina. Uma desestabilização do Brasil significa também uma desestabilização da política mundial. Essa posição, esse enfoque, que nós estamos colocando, e que eu acho que o Brasil tem direito que seja colocado, está sendo tratado com respeito.

REDE BRASIL SUL — Volto à questão do crescimento econômico, porque o Sr. já definiu essa política como a única alternativa para resolver a crise em que vive o nosso País. E, aqui em Nova York, o Sr. reiterou que vai ser a iniciativa privada a base desse crescimento, porque ela é também a base de sustentação da democracia. Na conversa com George Shultz, ele teria sugerido que o Brasil deveria aproveitar o seu potencial, porque o que ele precisa é de capital de risco e não mais de empréstimo. Eu lhe pergunto: O Brasil terá uma política específica de estímulo à iniciativa privada no Brasil e também para atrair o capital estrangeiro como investimento de risco?

SARNEY — Não. Na conversa com o Secretário Shultz de nenhuma maneira ele fez nenhuma sugestão. Até mesmo porque, se fizesse, o Presidente do Brasil não aceitaria a sugestão porque a nós, no exercício da nossa soberania e da nossa independência, cabe decidir qual é o caminho que devemos tomar. O caminho de crescer à custa da iniciativa privada é óbvio. Uma vez que, hoje, a economia brasileira tem uma participação do Estado muito grande e, para crescermos, se formos crescer à custa da economia estatal, em breve nós colocaremos toda a economia estatalizada no Brasil. Logo, nós temos de crescer na área da iniciativa privada, porque, como eu tenho dito — e tenho dito várias vezes no Brasil, é uma convicção de todos nós e está no compromisso da Aliança Democrática — que, em todos os lugares do mundo em que a iniciativa privada entrou em colapso, a liberdade também entrou em colapso. Hoje, o Brasil tem um compromisso muito grande no renascimento das suas instituições democráticas, na consolidação do poder civil e na consolidação da democracia, com reflexo em todo o continente, pela nossa posição nesse continente. Se nós fôssemos enfraquecer a liberdade econômica, estaríamos enfraquecendo a liberdade política. Nós temos uma legislação sobre o capital estrangeiro no Brasil que é bem antiga e que tem se mostrado uma legislação que tem atendido as necessidades do País e, também, dos interesses daqueles que desejam investir no Brasil. O que tem ocorrido é que, nas épocas de prosperidade, o capital estrangeiro assume mais a posição de capital de risco e nos momentos de recessão ele também se recolhe e não participa dos momentos de dificuldade.